

Descomplicando o orçamento público

Você já parou pra pensar como organiza seu dinheiro?

Todo mês você tem escolhas a fazer. Paga os boletos, compra comida... E ainda tem que decidir se dá pra gastar com aquele sapato novo ou se isso vai fazer falta em outra despesa necessária. Quando o dinheiro é limitado, gastar mais em um lugar quase sempre significa gastar menos em outro.

Com o governo acontece a mesma coisa. Para administrar os recursos de um país, é preciso planejar e fazer escolhas responsáveis. Todos os anos, a União, os estados e os municípios decidem para onde vão levar o dinheiro arrecadado, seja na saúde, segurança, educação, infraestrutura e assistência social.

Esse planejamento se chama Orçamento Público!

O orçamento público afeta você quando:

- **Compras:** você faz compras e paga impostos em produtos e serviços do dia a dia.
- **Saúde:** você precisa de atendimento médico, exames, remédios ou de um leito hospitalar.
- **Educação:** você estuda, tem filhos na escola ou depende da qualidade do ensino público.
- **Trabalho:** você busca emprego e oportunidades geradas por investimentos na sua cidade.
- **Programas sociais:** você ou alguém próximo utiliza benefícios e programas sociais essenciais.

De onde vem dinheiro do governo?

A maior parte dos recursos públicos vem dos **tributos** — impostos, taxas e contribuições pagos por pessoas e empresas.

É o dinheiro que sai do nosso bolso e vai para os cofres públicos.

Outra parte do dinheiro do governo vem de **empréstimos**. Sim, assim como você, o governo pode pegar dinheiro emprestado de bancos, de instituições internacionais ou por meio da venda de títulos públicos, que funcionam como uma promessa de pagamento para quem investe.

Além disso, a Constituição determina que parte da arrecadação da União seja transferida para estados e municípios. Essa partilha é essencial para garantir o funcionamento de serviços públicos e projetos locais em todo o país.

Mas... como é feito o orçamento?

O orçamento público é construído por meio de leis que organizam o planejamento do governo ao longo do tempo. Elas se complementam e seguem uma ordem lógica.

PPA • Plano Plurianual

- planejamento de médio prazo (4 anos)
- define os grandes objetivos e prioridades do governo
- garante continuidade entre governos
- vigência do 2º ano do mandato até o 1º ano do governo seguinte

Envio até 31/08 do 1º ano do mandato

LDO • Lei de Diretrizes Orçamentárias

- prioridades do próximo ano
- define o que é mais importante no ano seguinte
- conecta o PPA ao orçamento anual
- estabelece regras e limites para os gastos
- é aprovada todos os anos

Envio até 15/04. Aprovação até 17/07

LOA • Lei Orçamentária Anual

- o orçamento na prática
- detalha o quanto será arrecadado e como será gasto
- mostra os valores destinados a cada área e ação

- deve seguir o que foi definido no PPA e na LDO
- é onde os parlamentares podem propor emendas

Aprovação até 22/12

Como o Congresso Nacional elabora o orçamento anual?

• Quando o Orçamento chega ao Legislativo

Depois de elaborado pelo Poder Executivo, o **Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA)** é enviado ao Congresso Nacional. A partir daí, deputados e senadores passam a analisar como o dinheiro público será distribuído no ano seguinte.

• A Comissão Mista de Orçamento

O PLOA é analisado pela **Comissão Mista de Orçamento (CMO)**, formada por deputados e senadores. É nessa comissão que o texto é estudado com mais detalhe, prioridades são debatidas e ajustes começam a ser feitos.

• O que são emendas parlamentares?

As **emendas parlamentares** são sugestões de mudança no orçamento feitas pelos parlamentares. Elas permitem incluir, ajustar ou reforçar ações que atendam necessidades específicas, como obras, serviços ou investimentos em determinadas áreas.

• Regras para apresentar emendas

As **emendas** não podem ser feitas de qualquer jeito. Elas precisam:

- respeitar os limites legais de gastos
- indicar de onde virá o dinheiro
- estar alinhadas ao PPA e à LDO
- atender ao interesse público, não a interesses pessoais

Essas regras ajudam a manter o equilíbrio e a responsabilidade no uso do dinheiro público.

• Orçamento impositivo?

O **orçamento impositivo** continua valendo. Na prática, isso significa que parte das **emendas parlamentares** tem execução obrigatória: o governo deve liberar os recursos previstos, desde que as exigências técnicas e legais sejam cumpridas.

• O parecer final e a votação

Depois de analisar o **PLOA** e as **emendas**, a **CMO** elabora um parecer final sobre o **orçamento**.

Esse texto é levado para votação em sessão conjunta do Congresso Nacional. Se aprovado, segue para o Poder Executivo, que pode sancionar ou vetar partes do texto.

• Votação conjunta por senadores e deputados

Diferente de outras leis, o **Orçamento** não é votado separadamente na Câmara e no Senado. Deputados e senadores analisam e votam juntos, em sessão do Congresso Nacional.

• O orçamento pode mudar depois de aprovado?

Pode, sim, porque nem tudo sai exatamente como planejado. Pense no seu orçamento pessoal: você organiza os gastos do mês, mas um imprevisto pode surgir, um conserto do carro, uma despesa médica ou algo urgente. Para dar conta, você precisa ajustar o planejamento.

Com o governo acontece algo parecido. Quando surgem situações inesperadas, o **Executivo** pode pedir autorização ao **Legislativo** para ajustar o **orçamento**. Isso é feito por meio dos chamados **créditos adicionais**, que permitem reforçar ou reorganizar gastos já aprovados.

Essas mudanças só podem acontecer dentro da lei e sempre com acompanhamento do Legislativo.

Curiosidades sobre a LOA

A **Lei Orçamentária Anual (LOA)** faz uma estimativa de quanto o governo espera arrecadar e define limites de gastos. Mas o que de fato pode ser realizado ao longo do ano depende do dinheiro que entra de verdade e das prioridades que surgem no caminho.

Você sabia?

Se a LOA não for aprovada até **22 de dezembro**, o governo continua funcionando, mas de forma limitada. Apenas as despesas obrigatórias, como salários, podem ser pagas aos poucos, mês a mês, com base no orçamento anterior.

Com isso, investimentos e novos projetos ficam **parados**, o que atrasa melhorias e serviços para a população.

LRF: Gastar só o que cabe no orçamento!

A **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)** é a regra que garante que o dinheiro público seja usado com responsabilidade e dentro do que o governo pode pagar.

Ela funciona como um orçamento pessoal: não é permitido gastar mais do que você tem. A LRF exige que:

- os gastos e as dívidas fiquem dentro de limites legais
- toda despesa tenha fonte de financiamento garantida
- as contas sejam transparentes, para que a sociedade possa acompanhar e cobrar

O desafio é encontrar equilíbrio: manter as contas em ordem sem perder investimentos em áreas importantes como saúde e educação.

Você pode (e deve) fiscalizar o orçamento!

Fiscalizar o orçamento é possível e fundamental — e hoje existem várias ferramentas públicas que ajudam qualquer pessoa a acompanhar como o dinheiro está sendo usado.

Acompanhar gastos e receitas

Portal da Transparência

- pagamentos feitos por órgãos públicos
- recursos recebidos por pessoas ou empresas
- arrecadação de impostos

[Acessar](#)

Entender o orçamento e sua execução

Siga Brasil (Senado Federal)

- execução do orçamento federal
- quanto cada município recebe de recursos da União

[Acessar](#)

Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

- elaboração e acompanhamento do Plano Orçamentário Anual (LOA) como cada programa e ação do governo é planejado e financiado

Acessar

Acompanhar o orçamento no Congresso

Orçamento da União - Congresso Nacional

- execução do orçamento federal
- emendas parlamentares
- estudos e séries históricas do orçamento

Acessar

Comissão Mista de Orçamento (CMO)

- permite acompanhar todo o processo de análise do orçamento no Congresso, desde as emendas até a aprovação final

Acessar

Acompanhar emendas parlamentares

Infoleg - Orçamento (Câmara dos Deputados)

Aplicativo que permite:

- acompanhar a execução de emendas
- salvar emendas como favoritas
- receber notificações sobre atualizações

Acessar

Acompanhar compras e convênios

Compras Governamentais

- permite acompanhar licitações, contratos e compras públicas
- o cidadão pode fiscalizar preços e apontar irregularidades

Acessar

Plataforma +Brasil

- mostra informações sobre convênios entre o governo federal e estados, municípios ou entidades privadas.

Acessar

Órgãos de controle

Controladoria-Geral da União (CGU)

- atua no controle interno do governo federal e orienta o cidadão sobre fiscalização.

Acessar

Tribunal de Contas da União (TCU)

- fiscaliza as contas do governo federal e recebe denúncias de qualquer cidadão.

Acessar

Participação cidadã

e-Democracia (Câmara dos Deputados)

- espaço para participar de debates e apresentar sugestões, inclusive sobre o orçamento.

Acessar

Para se aprofundar

Cartilha “Entenda o Orçamento”

- material de referência que ajudou a basear este curso.

Baixar

Fiscalizar o orçamento é participar das decisões.

Quanto mais gente acompanha, mais o dinheiro público atende às necessidades reais.

Lembre-se: esse dinheiro é nosso.

Créditos

Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados

Direção de projeto

Adriana Magalhães Alves de Melo

Conteúdo

Cartilha Entenda o Orçamento - dezembro 2022 - Edições Câmara - Prolegis

Revisão de texto

Fidelis A. Fantin Jr. - CONOF/CD

Direção de Arte

Luiz Felipe Silva de Souza (Baka)

Web Design

Isabela Dias Braga e Luiz Felipe Silva de Souza (Baka)

Arquitetura da Informação

Júlia Mundim Pena

Revisão de Design

Andressa Tavares Monteiro da Silva

Animação

Gabriel da Silva Breda

Desenvolvimento

Leonardo Stevanato e Rafael Leandro

Fotografia

Beto Barata / Agência Senado e Pablo Valadares / Câmara dos Deputados

Edição e pós-produção

Rodrigo Guimarães de Souza

Coordenação de Educação a Distância

Direção: Márcio Martins

Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados

Direção: Larissa Pacce Zammataro Miranda